



LEMBRANÇAS DO FUTURO

A transição para a democracia trouxe aos brasileiros expectativas que não tinham a ver apenas com o retorno das liberdades de expressão e de organização. O desenvolvimento de uma relação republicana entre interesses econômicos e autoridades públicas, bem como a construção de um sistema político que fizesse a conexão entre sociedade e autoridades eleitas orientadas pelo interesse público fizeram-se presentes nas promessas do futuro. Convém lembrar que, no regime militar, ao contrário do que pensa o senso comum, também se conviveu com escândalos de corrupção. Os da Capemi, empresa dirigida por militares que foi acusada de desvio de dinheiro, e os do Grupo Coroa Bras-tel, denunciado por contrair empréstimos irregulares da Caixa Econômica Federal, são dois dos vários exemplos que podem ser destacados.

Não por acaso, Fernando Collor de Mello, na primeira eleição direta para presidente pós-regime militar, usou farta-mente o discurso moral anticorrupção para conquistar eleitores. Entretanto, o envolvimento de Collor em escândalos de corrupção serviu para evidenciar, em um momento de liberdade de informação, o dano que uma rede de interesses baseada no compadrio pode causar ao erário público. A resposta via *impeachment* sinalizou duas questões: 1) o país pas-sou incólume pela crise política sem cair na tentação autoritária; e 2) o combate aos malfeitos descobertos no governo Collor ficou no campo da retórica.

Apesar dos avanços com a profissionalização de algumas áreas da administração pública federal, assim como com o fortalecimento de instituições de controle (como a Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas da União), que iniciaram no governo Fernando Henrique e se consolidaram no

período Lula, vários casos de corrupção continua-ram se sucedendo. Todos tiveram origem em relações escusas entre interesses econômicos e grupos políticos que buscavam recursos para o financiamento de campanhas e partidos em troca de vantagens em contratos com o poder público.

Com esse cenário, a possibilidade de triunfo de uma classe política majoritariamente capaz de processar as diferentes demandas sociais de forma democrá-tica, seja no momento da alocação de recursos públicos ou por meio da apro-vação de legislações, tornou-se remota.

O futuro político que se desenhou na redemocratização trouxe enormes avanços no campo social e nos direitos consolidados na Constituição de 1988. Todavia, o mesmo não se pode afirmar das práticas políticas. Ao priorizar as relações com os segmentos econômi-cos para efetivarem seus projetos de poder, lideranças políticas e grandes partidos deixaram uma enorme dívi-da com a democracia.

Não enxergar perspectivas de futu-ro que tenham como base um projeto político de característica republicana é desalentador. Contudo, quando se percebe que, diante de todas as adver-sidades, a pressão social foi capaz de promover avanços importantes com a aprovação da Lei Anticorrupção, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Fim do Voto Se-creto e da Lei Ficha Limpa, a crença em um bom futuro político pode retornar. Se, por um lado, foi a política de vantagens pessoais que nos levou a esse mal-estar; por outro, a saída só pode estar na pró-pria política, desde que com a renovação de nomes e de práticas. Qualquer alternativa que se coloque fora da democracia e do debate público pode nos levar à barbárie.

SE, POR UM LADO,
FOI A POLÍTICA DE
VANTAGENS PESSOAIS
QUE NOS LEVOU A
ESSE MAL-ESTAR;
POR OUTRO, A SAÍDA
SÓ PODE ESTAR NA
PRÓPRIA POLÍTICA.